

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO

GIOVANA VIEIRA SALIBA OLIVEIRA

**O ENCARCERAMENTO DE MULHERES PELO CRIME DE TRÁFICO DE
DROGAS NO BRASIL, MATERNIDADE E DECISÃO JUDICIAL**

CURITIBA

2018

GIOVANA VIEIRA SALIBA OLIVEIRA

O ENCARCERAMENTO DE MULHERES PELO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS NO
BRASIL, MATERNIDADE E DECISÃO JUDICIAL

Artigo científico apresentado ao curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Priscilla Placha Sá.

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

GIOVANA VIEIRA SALIBA OLIVEIRA

O ENCARCERAMENTO DE MULHERES PELO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS NO BRASIL, MATERNIDADE E DECISÃO JUDICIAL

Artigo científico apresentado ao curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Prof.^a. Dra. Priscilla Placha Sá

Orientadora – Departamento de Direito Penal e Processual Penal, UFPR.

Prof.^a. Dra. Katie Silene Cáceres Arguello

1º membro – Departamento de Direito Penal e Processual Penal, UFPR.

Prof. Dr. Marco Aurélio Nunes da Silveira

2º membro – Departamento de Direito Penal e Processual Penal, UFPR.

Curitiba, 21 de novembro de 2018.

A todas as mulheres, que lutam e que sofrem. Em especial, àquelas sob a custódia do Estado. Invisíveis e esquecidas nas celas de todo o Brasil, dedico o meu trabalho a estas mulheres e a tantas outras que batalham por nossos direitos, cujas obras inspiraram o presente artigo.

AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer coisa e acima de tudo, agradeço aos meus pais, pelo apoio e amor incondicional que me foi dado durante toda a vida, em todas as minhas dificuldades e sonhos. Por me mostrarem a importância de termos ao lado quem amamos e por me ensinarem que não importa o tamanho do problema, sempre enfrentaremos e superaremos juntos. Devo tudo o que sou a vocês e nunca serei capaz de agradecer o suficiente.

Aos grandes amigos que a faculdade me deu de presente, Amanda, Anne, Camila, Fernanda, João, Kesller, Marina, Neis, Roberta e Yasmine, por tornarem essa caminhada tão mais leve e prazerosa e por marcarem estes cinco anos de uma maneira tão especial.

Ao meu namorado, Tiago, pelo amor e companheirismo de todos os dias. A vida ao seu lado é mil vezes mais bonita.

Aos meus professores e professoras, por me ensinarem tanto sobre a vida quanto sobre o Direito. Levarei comigo tudo o que tive o privilégio de aprender nas salas de aula e me espelharei sempre nos grandes exemplos de profissionais e pessoas que marcaram a minha trajetória.

Em especial, agradeço à minha orientadora, Priscilla Placha Sá, por tudo o que me ensinou sobre o Direito Penal, por me fazer enxergar a realidade com outros olhos e por toda a ajuda com o presente trabalho.

PRISÃO

Cecília Meireles

*Nesta cidade
quatro mulheres estão no cárcere.*

Apenas quatro.

*Uma na cela que dá para o rio,
outra na cela que dá para o monte,
outra na cela que dá para a igreja
e a última na do cemitério
ali embaixo.*

Apenas quatro.

*Quarenta mulheres noutra cidade,
quarenta, ao menos,
estão no cárcere.*

*Dez voltadas para as espumas,
dez para a lua movediça,
dez para pedras sem resposta,
dez para espelhos enganosos.*

*Em celas de ar, de água, de vidro
estão presas quarenta mulheres,
quarenta ao menos, naquela cidade.*

*Quatrocentas mulheres
quatrocentas, digo, estão presas:
cem por ódio, cem por amor,
cem por orgulho, cem por desprezo
em celas de ferro, em celas de fogo,*

*em celas sem ferro nem fogo, somente
de dor e silêncio,
quatrocentas mulheres, numa outra cidade,
quatrocentas, digo, estão presas.*

*Quatro mil mulheres, no cárcere,
e quatro milhões – e já nem sei a conta,
em cidades que não se dizem,
em lugares que ninguém sabe,
estão presas, estão para sempre
- sem janela e sem esperança,
umas voltadas para o presente,
outras para o passado, e as outras
para o futuro, e o resto – o resto,
sem futuro, passado ou presente,
presas em prisão giratória,
presas em delírio, na sombra,
presas por outros e por si mesmas,
tão presas que ninguém as solta,
e nem o rubro galo do sol
nem a andorinha azul da lua
podem levar qualquer recado
à prisão por onde as mulheres
se convertem em sal e muro.*

1956

(Maireles, 2001, v.2, p. 1759-60)

RESUMO

O presente artigo pretende investigar e discutir o fenômeno do encarceramento de mulheres no Brasil por meio de revisão bibliográfica, análise de dados oficiais e – no recorte especial das mulheres gestantes e com bebês no cárcere – de decisão judicial proferida pelo Supremo Tribunal Federal, tida como paradigmática. Assim, faz-se uma breve incursão pelo histórico do aprisionamento e dos controles sociais sobre o feminino, bem como das principais razões para o aumento do número de mulheres encarceradas nos últimos anos e em que condições se encontram os estabelecimentos prisionais que abrigam estas mulheres. Posteriormente, é feito um estudo sobre os principais motivos que levavam mulheres à reclusão em tempos anteriores em comparação com o momento atual. Pode-se concluir que o feminino é visto historicamente como ser inferior e incompatível com os espaços públicos; sua função é cuidar da casa e dos filhos, de modo que, quando se fala em criminalidade feminina, esta é associada majoritariamente a determinados delitos típicos, ligados à fragilidade do sexo e ao ambiente doméstico, como aborto e infanticídio. Não obstante tais estereótipos, o aumento exponencial do número de mulheres encarceradas nas últimas décadas se relaciona principalmente com a maior participação feminina nas redes de tráfico de drogas. Neste sentido, objetiva-se demonstrar as principais razões responsáveis pela maior participação feminina no tráfico de drogas e qual o papel das mulheres quando integrantes destas redes. Ponto em que é feita uma investigação a respeito dos estabelecimentos prisionais femininos brasileiros, que se constituem, em sua maioria, em espaços completamente carentes de infraestrutura para abrigar de maneira digna as mulheres e, principalmente, mulheres grávidas e seus filhos e filhas. Por fim, é feita uma análise sobre o Habeas Corpus Coletivo 143.641 – SP e os principais argumentos trazidos pelas partes para seu deferimento. Ainda que o referido HC reconheça um problema – no caso, a infraestrutura extremamente precária do espaço prisional, incapaz de abrigar dignamente as mulheres e, em especial, aquelas no exercício da maternidade – e que amenize parte desse problema ao substituir as prisões provisórias de mulheres grávidas, mães de menores de 12 (doze) anos de ou responsáveis por pessoas com deficiência, parece ignorar o problema no que se refere às mulheres e suas crianças nessas mesmas condições, mas que cometeram seus crimes por meio de violência ou grave ameaça.

Palavras-chave: Encarceramento feminino; Tráfico de drogas; Prisão Domiciliar.

ABSTRACT

The present article intends to investigate and discuss the phenomenon of imprisonment of women in Brazil through bibliographic review, analysis of official data and – on the subject of pregnant women with babies in prison – of judicial decision uttered by the Federal Supreme Court, considered paradigmatic. Thus, a brief incursion is made for the history of confinement and social controls over the feminine, as well as the main reasons for the increase in the number of women who have been incarcerated in recent years and under what conditions are the prisons which house said women. Posteriorly, is made a study of the main reasons that led women to reclusion in earlier times compared to the present time. It can be concluded that the feminine is historically seen as being inferior and incompatible with public spaces; its function is to take care of the house and the children, so that when it is spoken in feminine crime, it is mainly associated to certain typical crimes, related to the fragility of the sex and the domestic environment, like abortion and infanticide. Nevertheless, such stereotypes, the exponential increase in the number of women incarcerated in recent decades is principally related to the greater female participation in drug trafficking networks. In this sense, the objective is to demonstrate the reasons for the greater participation of women in drug trafficking and the role of women as members of these networks. The point at which an investigation is carried out into Brazilian women's prisons, most of which are completely deprived of infrastructure to provide dignified shelter for women, especially pregnant women and their sons and daughters. Finally, an analysis is made on the Collective Habeas Corpus 143.641 - SP and the main arguments brought by the parties for its approval. Although the HC recognizes a problem - in this case, the extremely precarious infrastructure of the prison area, incapable of conferring dignity to women, and especially for those in the exercise of maternity - and alleviates part of that problem by replacing temporary prisons of pregnant women, mothers of children under 12 years of age or those responsible for persons with disabilities, it seems to ignore the problem with regard to women and their children under the same conditions but who committed their crimes through violence or serious threat.

Key-words: Female imprisonment; Drug trafficking; Home prison.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	OS CONTROLES SOCIAIS SOBRE A VIDA DAS MULHERES E A CONSTRUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS DA MULHER CRIMINOSA	8
3	A MULHER CRIMINALIZADA E O ENCARCERAMENTO DE MULHERES...	16
3.1	OS SUPOSTOS DELITOS CRIMINALIZADORES.....	17
3.2	AS MULHERES E O TRÁFICO DE DROGAS	18
3.3	A VULNERABILIDADE DA MULHER ENQUANTO INTEGRANTE DAS REDES DO TRÁFICO DE DROGAS	22
4	A MULHER PRESA E A CONDIÇÃO FEMININA.....	23
4.1	PRISÕES FEITAS POR HOMENS PARA HOMENS	24
4.2	AS INSTITUIÇÕES PRISIONAIS FEMININAS E O EXERCÍCIO DA MATERNIDADE.....	27
5	A MATERNIDADE NO CÁRCERE E O HABEAS CORPUS COLETIVO N. 143.641 – SP	31
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

O número de mulheres privadas de liberdade no Brasil teve um aumento de 656% em um período de 16 anos – entre 2000 e 2016. O aprisionamento feminino no país é fenômeno que, sem dúvidas, merece a devida atenção, por se tratar de assunto de relevante interesse social e de gênero.

O tema das mulheres encarceradas apresenta diversos problemas e questões delicadas, que vão desde as principais razões que têm levado tantas mulheres à prisão nos últimos anos, até a problemática situação da infraestrutura destes estabelecimentos e do exercício da maternidade nestes espaços.

O primeiro tópico pretende abordar o contexto histórico dos controles sociais sobre a vida das mulheres e a construção dos estereótipos acerca do feminino. Busca investigar as principais razões pelas quais as mulheres são historicamente tidas como seres inferiores e subordinados, restritos ao ambiente doméstico. Faz-se uma análise sobre a reclusão feminina em períodos anteriores e atualmente e sobre os efeitos da reprodução do controle patriarcal sobre as mulheres.

O segundo tópico, por sua vez, se propõe a investigar a mulher criminalizada e os motivos pelos quais o encarceramento de mulheres no Brasil tem aumentado de forma alarmante nos últimos anos. Faz um estudo a respeito deste fenômeno e sua relação com o tráfico de drogas, objetivando analisar quais os principais motivos para o aumento da participação feminina nestes crimes e qual o papel das mulheres quando integrantes das redes do tráfico.

O terceiro tópico, por fim, contempla o cárcere feminino propriamente dito e, mais especificamente, quais as condições destes estabelecimentos e como se dá o exercício da maternidade na prisão. São analisados dados sobre as instituições prisionais brasileiras e relatos de pesquisadoras sobre estes ambientes. Além disso, é feita uma análise a respeito do Habeas Corpus Coletivo 143.641 – SP e sobre os principais argumentos e problemas trazidos pelas partes na referida decisão.

2 OS CONTROLES SOCIAIS SOBRE A VIDA DAS MULHERES E A CONSTRUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS DA MULHER CRIMINOSA

“A mulher se inferioriza pelo próprio fato de parir, que outrora lhe assegurava a

grandeza. A grandeza agora pertence ao homem, que trabalha e domina a natureza.”¹

Sabe-se que a reclusão e a submissão das mulheres não são inovações da Idade Média. Desde muito cedo, à época de Jesus Cristo, as meninas saíam do poder paterno para se submeterem ao poder marital.²

Antes disso, porém, há muito tempo, nas sociedades mais primitivas já existentes, da cultura de coleta e caça aos pequenos animais, por não haver a necessidade de força física para a sobrevivência, as mulheres possuíam um lugar central. Nestes grupos, a mulher era considerada um ser sagrado, uma vez que era capaz de dar a vida, e masculino e feminino governavam juntos. Havia a cooperação entre os grupos.

Quando se inicia a cultura de caça sistemática aos animais de grande porte e a competitividade entre grupos, a supremacia começa a se instalar. É nessa época que as sociedades passam a competir entre si e a se tornarem patriarcais, e “já não são mais os princípios feminino e masculino que governam juntos o mundo, mas, sim, a lei do mais forte”³.

Desde então, o masculino sempre foi tido como superior. Enquanto sua força física possibilitava que realizassem as mais diferentes atividades importantes da época, como a proteção e a caça, às mulheres, cujas energias eram tomadas em sua enorme maioria pela reprodução, sobravam somente os espaços domésticos, sem que tivessem qualquer capacidade de decisão no domínio público.

É essa dicotomia entre público e privado que estabelece a origem da dependência econômica da mulher, que gerou e gera uma submissão física e psicológica feminina que dura até os dias atuais.

Historicamente, as mulheres sempre se encontraram afastadas da esfera pública, mas é a partir da Baixa Idade Média que se constrói e se reforça o discurso destas como pertencentes a um grupo perigoso. É nessa época que se verifica com maior intensidade, além da exclusão feminina da esfera pública, a perseguição e o encarceramento de mulheres.⁴

O caráter perigoso, somado ao papel doméstico extremamente delimitado, eram os principais responsáveis por reduzirem fortemente a participação política das mulheres.

Até o início do século XIII, eram comuns as comunidades de mulheres interessadas em teologia. Este interesse, no entanto, provocava a desconfiança de muitos, visto que dizia respeito a uma cultura feminina que até então não era conhecida e, por essa e outras razões,

¹ KRAMER, Heinrich; JAMES, Sprenger. **O Martelo das Feiticeiras**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2015, p. 32.

² MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 27.

³ KRAMER, Heinrich; JAMES, Sprenger, *op. cit.*, p. 20.

⁴ MENDES, Soraia da Rosa, *op. cit.*, p.117.

considerada perigosa.⁵

Diante da necessidade de se encontrar razões “cientificamente” inquestionáveis para confinar e afastar as mulheres da esfera pública, Aristóteles é revisitado por pregadores e moralistas, que passam a definir o feminino como ser irracional e incapaz de governar suas paixões, e que por isso necessitaria de correição para as perversidades próprias de seu sexo, fazendo com que, com o final da Idade Média, os espaços de formação intelectual para as mulheres se transformassem em verdadeiros cárceres.⁶

É no período que vai do fim do século XIV a meados do século XVIII que se tem a mais forte repressão ao feminino de maneira generalizada em toda a Europa. Estamos nos referindo, aqui, a quatro séculos de caça às bruxas.⁷ A perseguição e repressão às mulheres que se desenvolve de maneira ainda mais intensa nessa época é explicada pelo saber que detinham as mulheres do povo – consideradas bruxas –, tido como ameaçador ao discurso da época.⁸

A crença era de que bruxas e curandeiros recebiam auxílio de entidades sobrenaturais, também chamadas de espíritos familiares, para realizarem suas atividades de feitiçaria.

“De doadora da vida, símbolo da fertilidade para as colheitas e os animais, a situação se inverte: a mulher é a primeira e a maior pecadora, a origem de todas as ações nocivas ao homem, à natureza e aos animais.”⁹

Diversos livros sobre as bruxas foram escritos na época, mas acredita-se que o mais importante tenha sido o *Malleus Maleficarum* (O Martelo das Feiticeiras), escrito por Heinrich Kramer e James Sprenger, em 1484, utilizado como guia para auxiliar na identificação e condenação de bruxas. Este teria sido o manual mais cruel e perverso escrito no período, preenchido por ódio, tortura e morte.¹⁰

De confissões sob tortura a mortes na fogueira, assim se deu por quase quatro séculos de duras e intensas perseguições contra as mulheres. Estima-se que o número total de mulheres executadas durante a caça às bruxas ultrapasse a casa dos milhões.¹¹

“Não há tradição cultural que não justifique o monopólio masculino das armas e da

⁵ MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2017, p.119.

⁶ *Ibidem*, p.123.

⁷ KRAMER, Heinrich; JAMES, Sprenger. **O Martelo das Feiticeiras**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2015. p. 29.

⁸ MENDES, Soraia da Rosa, *op. cit.*, p. 119.

⁹ KRAMER, Heinrich; JAMES, Sprenger, *op. cit.*, p. 45.

¹⁰ RODRIGUES, Márcia Cristina. *Malleus Maleficarium – A bruxaria como afirmação do poder espiritual. Revista Brasileira de História das Religiões*: 2012. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligia/o/pdf/st12/Rodrigues,%20Marcia%20Cristina.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018, p. 4.

¹¹ KRAMER, Heinrich; JAMES, Sprenger, *op. cit.*, p. 37.

palavra, nem há tradição popular que não perpetue o desprestígio da mulher ou que não a aponte como um perigo.”¹²

Com o fim da caça às bruxas, a situação das mulheres sofre grande transformação. Reduzem-se ainda mais ao âmbito doméstico, não possuem mais acesso ao estudo como na Idade Média e seu saber popular cai na clandestinidade.

Mesmo com a Revolução Francesa, onde as mulheres tomaram as ruas, não foram alcançadas significativas mudanças no que diz respeito ao feminino, que continuou recolhido ao espaço doméstico e dependente do masculino, uma vez que a mulher era vista como inadequada aos espaços públicos.

Os discursos e práticas nos quais a mulher é sempre tida como socialmente inferior e subordinada são constantemente reproduzidos pelas três instituições que talvez sejam as mais importantes da vida em sociedade: a Família, a Igreja e a Escola. A Família reforça tal prática por meio da imposição da divisão sexual do trabalho; a Igreja, por sua vez, historicamente dissemina uma moral dominada por valores patriarcais; a Escola, por fim, também reproduz o discurso e a visão androcêntrica, uma vez que é a responsável pela transmissão dos pressupostos da representação patriarcal.¹³

Cesare Lombroso, em 1892, concluiu que o maior problema das mulheres era que estas seriam amorais. De acordo com o autor, características das mulheres como o fato de serem engenhosas, frias, sedutoras e malévolas, ou as impulsionava instintivamente para o cometimento de crimes, ou faziam com que caíssem na prostituição.¹⁴

A prostituta, ao contrário da mulher “normal”, não colocaria seus filhos em prioridade absoluta e nem teria sua sexualidade subordinada à maternidade. Vista como criminosa, esta não hesitaria em abandonar seus filhos ou induzir suas filhas mulheres à prostituição. A prostituta é tida, então, como o melhor exemplo de delinquente feminina, com paixões distintas das mulheres normais, sendo assim indicada por Lombroso:

Esses seres tão avessos à sociedade têm uma estranha necessidade de vida social, uma vida de alegria, barulhenta, agitada, sensual, no meio de seus cúmplices, a verdadeira vida de orgia. Creio que os prazeres da gula e do vinho sejam um pretexto para dar-lhes desafoço, por isso, malgrado o evidente perigo, apenas cometido um homicídio, ou efetuada uma evasão após uma longa prisão, retornam

¹² GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar: A escola do mundo ao avesso**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2009, p. 68.

¹³ ROMFELD, Victor Sugamoto. **Uma análise criminológica dos sistemas jurídicos de enquadramento da prostituição feminina**. Monografia. (Graduação em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013, p. 22.

¹⁴ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. **Criminal Woman, the Prostitute and the Normal Woman**. Translated by Nicole Hahn Rafter and Mary Gibson. London: Duke University Press, 2004, p. 183.

àquele lugar.¹⁵

A inferioridade feminina, portanto, estaria presente até mesmo no que diz respeito ao cometimento de crimes. A prostituição seria causada por uma “predisposição orgânica à loucura moral, que decorre de processos degenerativos nas linhas hereditárias antecedentes da prostituta.”¹⁶

Em seu livro, *La donna delinquente*, Lombroso e Ferrero sustentam que, apesar do fato de as mulheres se encontrarem em um patamar inferior ao dos homens no que se refere à escala evolutiva, o que poderia fazer com que praticassem mais crimes do que os indivíduos do sexo masculino, as taxas menos expressivas de criminalidade feminina em relação à masculina se dão em razão de fatores como maternidade, fraqueza e pouca inteligência, que atuariam como um contrapeso à inferioridade, fazendo com que delinquissem menos, diminuindo a criminalidade entre mulheres.

De acordo com os autores, as mulheres estariam menos propensas a serem criminosas natas do que prostitutas natas, em razão de suas taxas menos expressivas no cometimento de crimes, de questões hereditárias e da força dos instintos sexuais masculinos. Desta forma, expõem que:

[...] o equivalente feminino do delinquente nato seria a prostituta, que compartilha da mesma origem atávica, muito embora elucide que ela é menos perigosa para a sociedade, servindo, não raro, como uma válvula de escape moral que não existiria sem o vício masculino.¹⁷

O que faria com que as mulheres se tornassem prostitutas não seria a luxúria, a pobreza ou o abandono, mas sim a insanidade moral. De acordo com Lombroso e Ferrero¹⁸, a insanidade moral seria verificada com enorme frequência entre as prostitutas, pela falta de sentimentos de afeição familiar em razão da perversidade, inveja e gosto pela vingança. Ainda, afirmam os autores, que baixíssimo seria o número de prostitutas que escolhem tal ocupação por motivos “nobres”. Ao contrário disso, a maioria seria motivada por sua falta de pudor e insanidade moral, enquanto a pobreza e o abandono atuariam apenas como catalisadores.

¹⁵ LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2013, p. 123.

¹⁶ ROMFELD, Victor Sugamoto. A prostituta na obra de Cesare Lombroso. In: ARGUELLO, Katie Silene Cáceres; SÁ, Priscilla Placha (Coords). **Criminologia: Feminismos, mídia e protestos sociais**. Curitiba: Editora Virtual Gratuita – EVG, 2018, p. 329.

¹⁷ *Ibidem*, p. 338.

¹⁸ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. **Criminal Woman, the Prostitute and the Normal Woman**. Translated by Nicole Hahn Rafter and Mary Gibson. London: Duke University Press, 2004, p. 214.

Nesse sentido, merece destaque o exposto por Victor Romfeld, ao tratar do assinalado por Lombroso e Ferrero em sua obra:

Um dos sérios indícios de insanidade moral nas prostitutas é a falta de sentimentos maternos, fazendo da prostituta nata irmã gêmea da criminosa nata. Assim como a insanidade moral, a criminalidade, o alcoolismo e a ganância estão frequentemente vinculados à prostituição.¹⁹

Assim, os autores acabam por concluir que, uma vez que tanto a prostituta como o homem delinquente seriam desprovidos de senso moral, simpatizantes de orgias e bebidas alcoólicas, a prostituição nada mais seria do que a forma feminina de criminalidade, e que as prostitutas seriam inclusive mais perversas do que os homens criminosos.

As prostitutas contavam com um padrão de liberdade sexual inquietante e considerado extremamente contrário a tudo aquilo que deveria ser entendido como correto, razão pela qual a disseminação desse padrão precisaria ser duramente contida.

A estigmatização social das prostitutas era uma forma de determinar o lugar que cabia às mulheres na sociedade e de controlar sua sexualidade. Outra estratégia de controle do feminino foi a construção de uma doença mental tipicamente feminina, a *histeria*.²⁰

O conceito de histeria se desenvolveu a partir do conceito de loucura, utilizado para explicar comportamentos que se desviassem dos modelos ideais atribuídos aos gêneros. Desta forma, seria a histeria “uma espécie de loucura que atingia majoritariamente as mulheres e estaria supostamente associada à ‘natureza feminina’”.²¹ Eram tidos como alguns dos sintomas de histeria a recusa em cumprir a função materna – à qual todas as mulheres estariam naturalmente destinadas – e o fato de ser uma péssima dona de casa.

As mulheres constatadas portadoras dessa “doença” eram enviadas para instituições asilares que se assemelhavam muito – quando não eram ainda piores – aos cárceres.

É possível concluir que a doença mental teve papel muito importante no que diz respeito à criação de uma tipologia da delinquência feminina. Juntamente com tudo aquilo que se extraía da prática da prostituição, representou a doença mental uma maneira eficaz de controle da sexualidade feminina e de reforçar o estigma da mulher como ser incompatível com a prática de delitos:

¹⁹ ROMFELD. A prostituta na obra de Cesare Lombroso. In: ARGUELLO, Katie Silene Cáceres; SÁ, Priscilla Placha (Coords). **Criminologia: Feminismos, mídia e protestos sociais**. Curitiba: Editora Virtual Gratuita – EVG, 2018, p. 349.

²⁰ SILVA, Tayla de Souza. **O feminino encarcerado: da violência patriarcal à violência institucional**. Monografia (Graduação em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2013, p. 53.

²¹ *Ibidem*, p. 54.

[...] a mulher é avaliada como pouco ameaçadora. Quando comete crimes, acredita-se que é pela influência de uma inata anormalidade, de um estado de insanidade ou, ainda, pela indução de um homem. É considerada uma agressora passional e passiva, movida por afetos mal direcionados, submetida ao controle masculino. Não se admite a ideia de que uma mulher possa coordenar e articular uma ação criminosa.²²

Basicamente, com uma sociedade e leis que reforçavam e justificavam a situação de inferioridade e submissão atribuída às mulheres, estas, se não se casassem, eram encarceradas em instituições totais. E, se casassem, ficariam submetidas à autoridade do marido por tempo indefinido, já que o casamento foi, por muito tempo, indissolúvel, como se propriedade dele fossem.²³

Para as mulheres, mesmo séculos antes do advento das primeiras instituições prisionais, “a reclusão (muitas vezes perpétua) sempre foi uma realidade, no contexto de uma política de correção que oscilava entre a casa e o convento”.²⁴

Instituições totais como prisões, conventos e manicômios tratam-se de locais onde grupos considerados perigosos eram mantidos confinados. Estas instituições são definidas por Goffman como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.²⁵

Goffman enumera as instituições totais em cinco grandes grupos. Em primeiro lugar, as casas para cegos, órfãos e indigentes, estabelecidas para cuidar de pessoas que, ao menos na teoria, seriam capazes e inofensivas. Em segundo, hospitais e sanatórios, criados para cuidar de pessoas incapazes de cuidar de si mesmas, e que, não-intencionalmente, como por meio de doenças, seriam uma ameaça à comunidade. Em terceiro, estariam as cadeias, penitenciárias e campos de concentração, organizados para proteger a sociedade contra perigos intencionais, onde o bem-estar das pessoas confinadas não constitui o problema imediato. Em quarto, instituições criadas para a realização mais adequada de alguma tarefa de trabalho, como quartéis e escolas internas. Por último, mas não menos importantes, os locais destinados para servirem de “refúgio do mundo”, ainda que muitas vezes sirvam como locais de instrução para religiosos, como mosteiros e conventos.²⁶

²² SILVA, Tayla de Souza. **O feminino encarcerado: da violência patriarcal à violência institucional.** Monografia (Graduação em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2013, p. 58.

²³ *Ibidem*, p. 26.

²⁴ MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista: novos paradigmas.** São Paulo: Saraiva, 2017, p. 140.

²⁵ GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 11.

²⁶ *Ibidem*, p. 17.

São muitas as menções históricas aos conventos como locais de encarceramento, de cumprimento de penas de caráter perpétuo. É neste sentido que, desde o início do século XIII, surge um enorme número de conventos femininos, a maioria deles então controlados por autoridades que determinavam ordens e instruções de comportamento para as mulheres.

Pouca ou nenhuma era a alternativa existente para as mulheres na época. Ser confinada em um convento representava, ao menos na teoria, a separação total e definitiva do mundo, e permanecer em casa significava a necessidade de conciliar a ideologia da reclusão doméstica e a predominância do espírito sobre o corpo.

“Tida como bruxa, ou não, nenhuma mulher escapou da custódia que sobre ela se abatia.”²⁷

Todas as mulheres, mesmo a esposa correta e a mãe dedicada carregavam o peso do pecado original e, por essa razão, deveriam ser controladas e vigiadas de perto. “Daí porque, no tempo colonial, vigorar a regra segundo a qual a mulher somente podia sair de casa três vezes durante toda sua vida: para ser batizada, para casar e para ser enterrada.”²⁸

Vera Regina Pereira Andrade, ao definir o controle social, dispõe o seguinte:

[...] entende-se por controle social, em sentido lato, as formas com que a sociedade responde, informal ou formalmente, difusa ou institucionalmente, a comportamentos e a pessoas que contempla como desviantes, problemáticas, ameaçadoras ou indesejáveis, de uma forma ou de outra e, nesta reação, demarca (seleciona, classifica, estigmatiza) o próprio desvio e a criminalidade como uma forma específica dele.²⁹

Assim como estão as mulheres submetidas a um controle não propriamente jurídico, exercido pela família, escola e meios de comunicação, também cumpre o sistema penal com uma função disciplinadora para manter a subordinação feminina. “O controle formal e informal, assim, ‘se alimentam entre si para perpetuar e legitimar a subordinação das mulheres’.”³⁰

Sabe-se que a dominação masculina atravessa os séculos e reproduz as desigualdades de gênero e a inferioridade feminina até os dias atuais. Falar sobre as influências da dominação masculina na sociedade é falar sobre “espaços (divisão entre público e privado com correspondente divisão social do trabalho), papéis (atribuição de papéis diferenciados aos

²⁷ MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 147.

²⁸ *Ibidem*, p. 148.

²⁹ ANDRADE, Vera Regina Pereira. **Sistema penal máximo x Cidadania mínima: códigos de violência na era da globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 42.

³⁰ MENDES, Soraia da Rosa, *op. cit.*, p. 165.

sexos nas esferas da produção, da reprodução e da política), e estereótipos.”³¹

Há que se abrir espaço para ressaltar a existência de diferença entre patriarcado e dominação masculina, termos utilizados como sinônimos por muitos. No entanto, deve ser o patriarcado compreendido apenas como uma das manifestações históricas da dominação masculina, que corresponde a uma forma de organização política vinculada ao absolutismo, diferente das sociedades democráticas concorrenciais atuais. Assim, compreende-se que, ainda que instituições patriarcais tenham sido reformadas, a dominação masculina, por sua vez, permanece.

Sobre tal distinção, merece destaque o exposto por Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel:

Parte importante dessa transformação é a substituição de relações de subordinação direta de uma mulher a um homem, próprias do patriarcado histórico, por estruturas impessoais de atribuição de vantagens e oportunidades. Falar em dominação masculina, portanto, seria mais correto e alcançaria um fenômeno mais geral que o patriarcado.³²

Conforme o exposto, é possível observar que todo o sistema de custódia da mulher deve-se, em muito, à pregação eclesial. Porém, é importante destacar que não foi este o único discurso utilizado para a segregação feminina. Também as artesãs, professoras, escritoras e tantas outras incomodavam o projeto misógino de poder, que se iniciou no fim do período medieval, atravessou a Idade Moderna e foi até quase os dias atuais.

Evidente o quanto as determinações sociais interferem de maneira negativa na vida das mulheres e como o controle social sob suas vidas é algo problemático. O feminino é tido como gênero subordinado, construído como um não sujeito. A reprodução dessa estrutura de dominação possui efeitos em toda a organização da sociedade, tanto no âmbito público como privado, de modo a reforçar o controle patriarcal, a inferioridade feminina e seu afastamento da esfera pública.

3 A MULHER CRIMINALIZADA E O ENCARCERAMENTO DE MULHERES

A população carcerária feminina é e sempre foi muito menor do que a masculina. No entanto, nas últimas décadas, o aumento proporcional do número de mulheres encarceradas foi muito superior ao dos homens.

³¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira. **Pelas mãos da criminologia: O controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 141.

³² MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 18.

3.1 OS SUPOSTOS DELITOS CRIMINALIZADORES

Historicamente, o processo de criminalização de mulheres, em razão de uma imagem estereotipada do feminino como dócil e incapaz, costumou ser associado de forma majoritária aos crimes relacionados à condição de gênero, como delitos passionais e contra a maternidade (como por exemplo, aborto e infanticídio):

De início, é necessário consignar que o delito é tradicionalmente compreendido como uma conduta avessa à natureza da mulher, tanto pelas suas supostas virtudes de passividade, fragilidade e docilidade, como por lhe ter sido negado, durante muito tempo, o acesso ao espaço público. Dessa forma, seus crimes adquirem relevância na medida em que representam uma transgressão ao papel doméstico (de boa mãe e esposa).³³

A menor participação feminina no mundo do crime parece ser justificada por muitos em razão de sua suposta incapacidade para a prática de atos criminosos. A mulher é vista como ser incompatível com o cometimento de crimes, e, quando o faz, não se acredita que tenha sido ela quem articulou e coordenou a ação criminosa, mas sim que agiu em razão de um estado de insanidade ou pela indução de um homem.

É nessa lógica, de acordo com a qual seria a mulher uma agressora passional e passiva, que se desenvolve um preconceito em torno da criminalidade feminina, como se esta fosse restrita a determinados delitos típicos, ligados à fragilidade do sexo e ao ambiente doméstico, compreendendo como separados os crimes tipicamente femininos dos tipicamente masculinos.

“Pode-se afirmar, então, que uma mulher criminosa está adentrando a um espaço que a ela não pertence: o público.”³⁴

Associa-se à mulher, principalmente, delitos como o aborto, infanticídio e crimes passionais, que representam uma transgressão ao seu papel doméstico. O aborto e o infanticídio são delitos historicamente realizados com o objetivo de ocultar a desonra de uma gravidez fora do casamento. Cometidos das mais diversas formas e sempre em condições

³³ SILVA, Tayla de Souza. **O feminino encarcerado:** da violência patriarcal à violência institucional. Monografia (Graduação em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2013, p. 46.

³⁴ BITENCOURT, Bruno Salgado de Araujo. Subversão ou submissão: uma análise dos papéis atribuídos às mulheres nas organizações criminosas do tráfico de drogas a partir de julgados do Tribunal de Justiça do Paraná. In: ARGUELLO, Katie Silene Cáceres; SÁ, Priscilla Placha (Coords). **Criminologia:** Feminismos, mídia e protestos sociais. Curitiba: Editora Virtual Gratuita – EVG, 2018, p. 123.

insalubres, sua punição era a morte pelo fogo ou pela força.³⁵

3.2 AS MULHERES E O TRÁFICO DE DROGAS

Não obstante todos os estereótipos que permeiam a transgressão feminina e a crença na criminalização de mulheres majoritariamente pela prática de delitos “domésticos”, a partir do fim da década de 80 e início da década de 90³⁶, houve crescente aumento no encarceramento de mulheres pelo crime de tráfico de drogas no Brasil, sendo este, atualmente, o principal delito no processo de criminalização de mulheres.

A promulgação da Lei nº 11.343/2006, conhecida como Lei de Drogas, que surgiu, dentre outros, com o intuito de separar traficantes de usuários/as para dar a cada um deles o “tratamento adequado”, não obstante ter representado uma inovação neste ponto – apesar de não diferenciá-los por meio de critérios objetivos –, visto que a regra anterior, de 1976, não diferenciava traficantes de usuários, traz o tráfico de drogas como crime que deve ser fortemente reprimido.

O resultado de tal lei e da chamada “Guerra às Drogas” foi um aumento ainda maior do encarceramento pelo crime de tráfico de drogas. No Estado de São Paulo, por exemplo, de acordo com dados do Ministério da Justiça e Secretaria de Administração Penitenciária, o número de pessoas presas por tráfico de drogas, que era de 13.927 em 2005, subiu para 84.699 em 2017, representando um aumento de 508% em um período de 12 anos³⁷.

Ainda, de acordo com dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN (2016)³⁸, verifica-se que o aumento de prisões de mulheres por crimes de drogas foi muito superior ao aumento das prisões de homens pela prática dos mesmos delitos.

A população carcerária feminina teve um crescimento de 656% entre os anos de 2000 e 2016, passando de 5.601 para o patamar de 42.355 detentas no período de 16 anos. A

³⁵ CASTAN, Nicole. Criminosa. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Coords.). **História das Mulheres no Ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna**. 3. vol. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 544-545.

³⁶ CHERNICHARO, Luciana Peluzio. **Sobre mulheres e prisões: seletividade de gênero e crime de tráfico de drogas no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p. 103.

³⁷ LEITE, Isabela; SOUTO, Luiza. **Número de presos por tráfico de drogas cresce 508% em 12 anos no estado de SP**. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/numero-de-presos-por-trafico-de-drogas-cresce-508-em-12-anos-no-estado-de-sp.ghtml>>. Acesso em: 26 out. 2018.

³⁸ BRASIL, Infopen. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização – junho de 2016**. SANTOS, Thandara (Org.). Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018, p. 43.

população carcerária masculina, por sua vez, no mesmo período, sofreu aumento de 293%. As mulheres, que em 2000 representavam 3,2% da população encarcerada, em 2016 passaram a representar 5,8% do total.³⁹

No que se refere ao período específico entre os anos de 2005 e 2016, tem-se que o número de mulheres encarceradas no Brasil passou de cerca de 12.900 para mais de 42 mil, representando um aumento de 228% em 11 anos, enquanto a população masculina sofreu aumento de 96% no mesmo período.⁴⁰

Se o ritmo de crescimento da população carcerária no Brasil é acelerado, quando se analisa a evolução do encarceramento da população carcerária feminina, verifica-se que este crescimento é mais expressivo e contundente. A taxa total de aprisionamento, no período de 2000 a 2016, sofreu aumento de 157%, enquanto a taxa de aprisionamento de mulheres aumentou 525% no mesmo período.⁴¹

Em 2016, das mulheres privadas de liberdade que aguardavam julgamento ou estavam condenadas, 62% encontravam-se em tal situação em razão do tráfico de drogas, enquanto a porcentagem de homens em prisões pelas mesmas razões gira em torno de 26%. Por outro lado, em relação ao crime de roubo, por exemplo, o número registrado para homens é quase três vezes maior que para mulheres, sendo de 26% para aqueles e 11% para estas.⁴²

Não obstante o notório, elevado e constante crescimento da população carcerária feminina, as mulheres privadas de liberdade seguem com pouca visibilidade e ainda contam com pouquíssimos estudos relacionados à situação, especialmente no que se refere ao crime de tráfico de entorpecentes, embora tenham-se evidenciado após a divulgação dos dados do INFOPEN Mulheres em 2014. Nessa linha, merecem destaque alguns escritos extremamente valiosos sobre o tema, como é o caso do trabalho de Nana Queiroz, intitulado “Presos que Menstruam”⁴³, de Débora Diniz, chamado “Cadeia: relatos sobre mulheres”⁴⁴ e de Ana Gabriela Mendes Braga, que trata da maternidade no cárcere em seu artigo “Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada”⁴⁵.

³⁹ BRASIL, Infopen. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias** – Infopen Mulheres – 2ª edição. SANTOS, Thandara (Org.). Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018, p. 14.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 15.

⁴¹ *Ibidem*, p. 12.

⁴² *Ibidem*, p. 43.

⁴³ QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

⁴⁴ DINIZ, Debora. **Cadeia: relatos sobre mulheres**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Disponível em: <http://www.record.com.br/images/livros/capitulo_o6Mihd.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

⁴⁵ BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. **Rev. direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 523-546, Dec. 2015. Disponível em:

Os modos de inserção de mulheres nas redes do tráfico de drogas e os cenários nos quais este fenômeno se reproduz acabam por contribuir com a seletividade de gênero existente no sistema de justiça criminal.

Com a mudança nas relações familiares e a consequente alteração na figura do “chefe da família”, as mulheres acabaram por se ver cada vez mais responsáveis pelos/as filhos/as e pelo sustento do lar, assumindo, em muitos casos, o papel de chefe – antes majoritariamente atribuído aos homens –, sem cooperação no que diz respeito à renda familiar e ao cuidado dos/as filhos/as.

Esse fenômeno, conhecido como “feminização da pobreza”, refere-se tanto a um aumento da pobreza em decorrência das desigualdades de gênero, como ao aumento dos níveis de pobreza de mulheres quando em comparação a homens, e de famílias chefiadas por mulheres quando em comparação a famílias chefiadas por homens ou por casais. Definido por Cortina como “a constatação de que as mulheres jovens, com filhos/as e responsáveis pela renda de famílias monoparentais, representam um dos perfis da vulnerabilidade social mais difundidos no cenário internacional”⁴⁶, a “feminização da pobreza” seria uma das molas propulsoras da maior participação feminina no tráfico de drogas.

Dados do INFOPEN de 2016⁴⁷ demonstram que 62% das mulheres encarceradas são solteiras e 45% não chegaram a completar o ensino médio. Tais dados reforçam a afirmação de que o ingresso das mulheres nas redes do tráfico acaba por ser visto por estas como, antes de uma transgressão penal, uma oportunidade de trabalho, enquanto oferece oportunidades de superação da situação financeira que atinge suas famílias e que o mercado formal não proporciona, principalmente no sentido de que, como explica Moura, o comércio de drogas possui “características de permanência e de constituição à vida paralela ao mercado formal de trabalho”⁴⁸.

Não só a mudança na estrutura familiar e a busca por recursos financeiros para arcar com a responsabilidade pela família são responsáveis pela entrada das mulheres no tráfico de drogas. A invisibilidade feminina e sua histórica submissão às regras da sociedade patriarcal

<<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1808-24322015000200523&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

⁴⁶ CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. **Estudos feministas**, Florianópolis, 23(3): 761-778, set./dez. 2015, p. 768.

⁴⁷ BRASIL, Infopen. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias** – Infopen Mulheres – 2ª edição. SANTOS, Thandara. (Org.). Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018, p. 43.

⁴⁸ MOURA, Maria Jurueña de. **Porta fechada, vida dilacerada - mulher, tráfico de drogas e prisão**: estudo realizado no presídio feminino do Ceará. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2005, p. 4.

também acabam por contribuir com a criminalização de mulheres.

No sentido de que a invisibilidade feminina e sua posição de submissão e subalternidade acabam por motivar o cometimento de crimes e, mais especificamente, o ingresso feminino no tráfico de drogas:

[...] a utilização do poder, através da criminalidade, o dinheiro fácil, a autoridade e não submissão às regras sociais motivam as mulheres a se inserirem nesta atividade. O tráfico, aqui nesta realidade, surge como uma oportunidade dessas mulheres de resistir ou até por tentar romper com essa posição de subalternidade que vem se desenrolando ao longo da história.⁴⁹

O tráfico de drogas, assim como a grande maioria das atividades de poder (ilícitas ou não), é reconhecido historicamente como uma atividade majoritariamente masculina. As mulheres, invisíveis, acabam por enxergar no tráfico uma saída para tal condição, isto porque acreditam que, ao desempenharem tarefas tidas como masculinas, se diferenciariam de outras mulheres e se tornariam visíveis, através do poder e do reconhecimento desse poder, de modo que “a saída da invisibilidade, no caso das mulheres envolvidas no tráfico, se dá principalmente pela diferenciação, pela afirmação de um poder antes exclusivo dos homens e pelo reconhecimento externo desse poder.”⁵⁰

Assim como a mudança de papéis dentro das relações familiares e a invisibilidade feminina, as relações afetivas de mulheres com homens das redes do tráfico (maridos, namorados, pais, filhos e irmãos) também acabam por contribuir com seu envolvimento no tráfico de drogas e outras atividades ilícitas.

A figura popularmente conhecida como “mulher de bandido” diz respeito às mulheres que se envolvem no tráfico, de maneira voluntária ou não, em razão de seu relacionamento afetivo com um “bandido”, acabando, assim, por reproduzir o papel de subordinação do feminino em razão do masculino também no que diz respeito ao fenômeno de sua inserção nas redes do tráfico de drogas.

Ainda que comum o discurso de que as mulheres ingressam no tráfico muitas vezes por “amor” ao seu companheiro, tal afirmação pode ser complexa, isto porque, além de dar a entender que as mulheres não são capazes de fazer suas próprias escolhas, é necessário compreender o que seria esse “amor”. Desta forma, imprescindível destacar o exposto por

⁴⁹ CURCIO, Fernanda Santos; FACEIRA, Lobélia da Silva. Mulher, tráfico de drogas e memória: entre a submissão e a resistência. **Psicanálise & Barroco em revista**, v. 13, r.2: 55-70. dez. 2015, p. 65.

⁵⁰ BARCINSKI, Mariana. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. **Revista Contextos Clínicos**, vol. 5, n.1, jan./jun. 2012, p. 53.

Chernicharo⁵¹, ao afirmar que “o ‘amor romântico’ é uma construção social e histórica, isto é, uma representação que se constitui na base de uma relação de poder entre homens e mulheres, na qual mulheres se inserem e situação de desvantagem, o que as leva a cometer atos desesperados ou “sacrifícios” em nome do ser amado.”

Não é incomum encontrar relatos de mulheres, cujos companheiros ou familiares encontravam-se privados de liberdade, abordadas com substâncias entorpecentes durante visita em unidade prisional. A maioria das mulheres nesta situação afirma que transportou a droga porque, caso não o fizesse, o marido, que estava sendo ameaçado dentro da prisão, seria morto.⁵² Ao serem abordadas na unidade prisional, acabavam por ser presas em flagrante pelo crime de tráfico de drogas.

Com a alteração de papéis na relação familiar, as mulheres, mesmo quando complementam a renda, ainda acabam por ser responsáveis, por exemplo, por substituir o filho, preso pelo tráfico, no seu negócio, ou o companheiro, o irmão, o pai. Esta obrigação, de assumir a posição antes ocupada pelo homem que se encontra privado de liberdade ou impossibilitado de realizar as atividades ilícitas por algum outro motivo, também acaba por ser uma das responsáveis pelo maior ingresso das mulheres nas redes do tráfico.

3.3 A VULNERABILIDADE DA MULHER ENQUANTO INTEGRANTE DAS REDES DO TRÁFICO DE DROGAS

O papel das mulheres no tráfico de drogas costuma ser relacionado, na maior parte dos casos, a funções subalternas e “domésticas”, como preparar a droga no ambiente do lar, fazer o transporte da substância e comercializar pequenas quantidades de drogas, sem utilização de armas de fogo e altas somas de dinheiro.

A histórica divisão sexual do trabalho parece se repetir no âmbito do trabalho ilegal, atribuindo às mulheres a atuação em relação a atividades majoritariamente domésticas, enquanto aos homens fica reservado o papel de liderança e funções de maior prestígio:

Quando se fala em “lucro” e especialmente “lucro fácil” deixa-se de reconhecer que muitas vezes as mulheres, seus corpos e suas vidas, são menos valiosos do que a própria droga que comercializam ou carregam. Os postos baixos que ocupam nas organizações criminosas, com pequenas quantidades drogas que detém para a venda

⁵¹ CHERNICHARO, Luciana Peluzio. **Sobre mulheres e prisões: seletividade de gênero e crime de tráfico de drogas no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p. 123.

⁵² CARVALHO, Denise; JESUS, Maria Gorete Marques de. Mulheres e o tráfico de drogas: um retrato das ocorrências de flagrante na cidade de São Paulo. **Revista LEVS/UNESP** – Marília, ed. 9, 2012, p. 6.

no pequeno e perigoso varejo, bem como a falta de acesso a armas de fogo, demonstra sua descartabilidade para as próprias facções, seus companheiros e maridos.⁵³

Essa posição secundária e subordinada – mas não menos arriscada – das mulheres dentro das redes do tráfico resulta em uma maior vulnerabilidade do feminino enquanto parte de atividades ilícitas, ficando mais expostas ao flagrante, menos capazes de negociar com policiais e outros agentes de segurança, e menos instruídas a elaborar o discurso de que seriam usuárias e não traficantes ao serem enquadradas durante ações policiais, alegação que, entre os homens, aparece com muito mais frequência.

É importante ressaltar que não são nulos os casos onde se tem a mulher como “líder” dentro das redes do tráfico, mas são extremamente raros. Na enorme maioria dos casos, as mulheres se envolvem com o trabalho ilícito realizando funções secundárias e inferiorizadas, de modo que “a ideologia tradicional de gênero é curiosamente refletida nas dinâmicas internas da rede do tráfico de drogas.”⁵⁴

No entanto, ainda que clara a divisão sexual existente também no âmbito do trabalho ilícito, a posição secundária e vulnerável da mulher e sua subordinação nas redes do tráfico, a criminalização feminina pode acabar por representar uma quebra das afirmações dos padrões de gênero, razão que reforça a importância de estudos do encarceramento feminino sob a perspectiva crítica de sua transgressão.

A seletividade de gênero e a vulnerabilidade feminina contribuem para o que se chama de “dupla desviância”⁵⁵, atribuindo à conduta criminosa feminina maior reprovabilidade que à masculina. As mulheres, neste sentido, além de se desviarem no sentido de ingressarem na ilegalidade, o que delas não se espera, se desviariam duplamente, por meio de um desvio também dos papéis que tradicionalmente caberiam ao seu gênero.

4 A MULHER PRESA E A CONDIÇÃO FEMININA

“O cárcere é uma instituição totalizante e despersonalizadora, na qual predomina a desconfiança e onde a violência se converte em instrumento de troca. O único objetivo de

⁵³ SÁ, Priscilla Placha. **Por amor ou por dinheiro:** a divisão sexual do trabalho ilícito. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. Anais Eletrônicos. Florianópolis, 2017, p. 8.

⁵⁴ BARCINSKI, Mariana. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. **Revista Contextos Clínicos**, vol. 5, n.1, jan./jun. 2012, p. 55.

⁵⁵ CHERNICHARO, Luciana Peluzio. **Sobre mulheres e prisões:** seletividade de gênero e crime de tráfico de drogas no Brasil. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p. 68.

quem está ali é sair, fugir, atingir a liberdade.”⁵⁶

4.1 PRISÕES FEITAS POR HOMENS PARA HOMENS

A prisão, historicamente, caracteriza-se por ser majoritariamente masculina, e o feminino encontra-se tão excluído no que diz respeito a este ambiente que os estudos sociológicos sobre prisões femininas são quase inexistentes.

Assim como ocorre com os espaços públicos, em sua enorme maioria criados e estruturados para atender às necessidades essencialmente masculinas, quando se trata do sistema prisional, o raciocínio não é diferente.⁵⁷ Feita por homens e para homens, as instituições prisionais femininas carecem de instalações adequadas e políticas públicas para atender até mesmo às necessidades mais básicas das mulheres encarceradas, como itens fundamentais de higiene e a manutenção de creches.

De acordo com dados do INFOPEN Mulheres de 2016, 74% dos estabelecimentos prisionais no Brasil são voltados exclusivamente ao público masculino, enquanto 16% são mistos – no sentido de que podem ter locais específicos para mulheres em estabelecimentos anteriormente masculinos –, e apenas 7% são especificamente voltados ao público feminino.⁵⁸

A prisão, constituída por instalações criadas com o objetivo de promover a ressocialização masculina, do homem como figura forte e destinada ao trabalho, confirma o caráter punitivo do sistema de justiça criminal. A transgressão feminina, somada às construções sociais de gênero, acaba por influenciar as instituições prisionais femininas, que se constituem em ambientes masculinos e acabam por trazer para dentro da instituição prisional a lógica patriarcal.

As mulheres privadas de liberdade, assim, enxergam na prisão um ambiente de total exclusão e isolamento. Isto porque, além de toda a reprovabilidade social pelo envolvimento com atividades ilícitas, há a frustração dos papéis sociais historicamente atribuídos ao feminino. Desta forma, a prisão, além de não resultar na recuperação ou ressocialização das

⁵⁶ SPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004, p. 78.

⁵⁷ BARCINSKI, Mariana; CUNICO, Sabrina Daiana. Os efeitos (in)visibilizadores do cárcere: as contradições do sistema prisional. **Psicologia**, Lisboa, v. 28, n. 2, p. 63-70, dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492014000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 set. 2018, p. 65.

⁵⁸ BRASIL, Infopen. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres – 2ª edição**. SANTOS, Thandara (Org.). Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018, p. 22.

mulheres, implica, muitas vezes, no rompimento de seus laços sociais e familiares.⁵⁹

Entregues a uma instituição caracterizada pela uniformização e pela ausência de individualidades, as mulheres privadas de liberdade se servem das mais diversas estratégias para tentar alcançar qualquer visibilidade dentro do ambiente prisional. Tais estratégias, no que diz respeito ao encarceramento feminino, vão desde o modo como as presas arrumam seus cabelos e se maquiam, buscando atingir certa individualidade, até às formas de relações que estabelecem dentro da prisão, que podem ser entendidas como a “reedição de relações afetivas (filiais, maternas ou fraternais) entre as mulheres presas.”⁶⁰

Se vestir e se portar como homem também é uma estratégia que garante às mulheres privadas de liberdade maior visibilidade e respeito, tanto pelas colegas de cárcere, como por funcionários e funcionárias do presídio. O trabalho, por sua vez, é outro divisor muito importante. Presas vinculadas a atividades laborais costumam ter acesso a celas melhores e menos povoadas e contam com mais privilégios e tratamento mais humanizado por parte dos profissionais da instituição prisional.⁶¹

Movimentos de resistência como os relatados são estratégias de afirmação das individualidades, tentativas de reação ao ambiente desumanizado e às condições padecedoras às quais estão sujeitas as mulheres privadas de liberdade.

Atualmente, a maioria das mulheres em situação prisional no Brasil se encaixa no mesmo perfil: jovens, em sua maioria negras, solteiras, de baixa renda, com baixo grau de escolaridade, em geral mães, presas provisoriamente suspeitas da prática de crimes relacionados ao tráfico de drogas ou contra o patrimônio.⁶²

O cárcere no Brasil é local de exclusão e isolamento social, onde as vulnerabilidades e seletividades existentes na sociedade se perpetuam. Nas prisões femininas, mais especificamente, são encontradas maiores violações de direitos – principalmente reprodutivos e sexuais –, sendo possível dizer que nenhuma delas cumpre com todos os parâmetros legais

⁵⁹ LOPES, Tatiana Coelho; PINHEIRO, Roseni. Trajetórias de mulheres privadas de liberdade: práticas de cuidado no reconhecimento do direito à saúde no Centro de Referência de Gestantes de Minas Gerais. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 1193-1212, out. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312016000401193&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 out. 2018, p. 8.

⁶⁰ BARCINSKI, Mariana; CUNICO, Sabrina Daiana. Os efeitos (in)visibilizadores do cárcere: as contradições do sistema prisional. **Psicologia**, Lisboa, v. 28, n. 2, p. 63-70, dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492014000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 set. 2018, p. 66.

⁶¹ *Ibidem*, p. 67.

⁶² BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. **Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão**. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. Brasília: IPEA, 2015, p. 15.

de funcionamento previstos na Lei 7.210/84 – Lei de Execução Penal Brasileira (LEP).⁶³

A completa ausência de políticas públicas no que diz respeito à situação das mulheres encarceradas resulta, além da pequena quantidade de presídios femininos no Brasil, na carência de condições para manutenção de suas necessidades mais básicas quando nestes estabelecimentos.

Tradicionalmente, as mulheres privadas de liberdade têm sido vistas e tratadas como “loucas”, pessoas psicologicamente perturbadas, de modo que “essa postura reforça a infantilização, utilizada como critério de controle por autoridades e funcionárias penitenciárias, para justificar a maior tutela moral à que são submetidas as mulheres no cárcere.”⁶⁴

Ainda que atualmente quase não existam mais presídios femininos controlados por instituições religiosas, como era em tempos anteriores, a indispensabilidade de se exercer um controle sobre as mulheres não mudou. Ainda se entende como necessário tentar encaixá-las nos “modelos tradicionais”, assim compreendidos de acordo com os padrões sexistas, de modo que o que se busca é transformar a mulher, visando colocá-la de volta em seu papel social tradicional de mãe, esposa e cuidadora do lar.⁶⁵

Em razão da naturalização divisão de papéis entre homens e mulheres socialmente estabelecida, que acentuam a dominação da mulher pelo homem, quando na prisão, “os processos de ressocialização das mulheres estão associados a atividades consideradas ‘femininas’, como artesanato, culinária ou atividades de apoio ao estabelecimento penal.”⁶⁶

Por representar o aprisionamento, e ainda mais fortemente o aprisionamento feminino, um estigma social da desviante como indigna e marginalizada é que se verifica, além das péssimas condições destes presídios, o baixíssimo número de visitas, especialmente por seus companheiros, recebidas por essas mulheres.

Enquanto aos homens privados de liberdade é comum o recebimento de visitas de suas companheiras e familiares, as mulheres, quando se encontram na mesma situação, recebem infinitamente menos visitas que os homens. O abandono da mulher pelo

⁶³ BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. **Dar à luz na sombra:** condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. Brasília: IPEA, 2015, p. 16.

⁶⁴ SPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo.** São Paulo: IBCCRIM, 2004. p. 85.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 86.

⁶⁶ LOPES, Tatiana Coelho; PINHEIRO, Roseni. Trajetórias de mulheres privadas de liberdade: práticas de cuidado no reconhecimento do direito à saúde no Centro de Referência de Gestantes de Minas Gerais. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 1193-1212, out. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312016000401193&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 out. 2018, p. 3.

companheiro quando privada de liberdade é algo extremamente comum, por ter o homem a ideia de que a mulher encarcerada “não serve mais” para ele.⁶⁷

No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, dados da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) do ano de 2015 revelam que, das 2.104 mulheres privadas de liberdade em seis unidades prisionais do estado, apenas 34 recebem visita íntima, o que equivale a 1,6%.⁶⁸

4.2 AS INSTITUIÇÕES PRISIONAIS FEMININAS E O EXERCÍCIO DA MATERNIDADE

O primeiro passo está relacionado à necessidade de dar visibilidade à questão da maternidade e das crianças em situação de encarceramento, bem como ao reconhecimento e a garantia dos direitos reprodutivos e parentais.

Conforme já exposto, sabe-se que as instituições prisionais não cumprem os parâmetros legais de funcionamento e que a maior parte das mulheres privadas de liberdade é mãe, o que nos traz uma série de questões: Qual o olhar do sistema de justiça sobre esses filhos e filhas? Como se dá a maternidade na prisão? Em quais condições? Separar da mãe ou institucionalizar a criança?

Ao mesmo tempo em que tanto o Poder Legislativo, como o Judiciário e o Executivo praticamente ignoram as necessidades e particularidades da presa grávida, mãe ou lactante, tradicionalmente, atribui-se à mulher, de forma quase que exclusiva, a responsabilidade pelo cuidado de seus filhos.⁶⁹

Ao serem privadas de liberdade, o destino de seus filhos e filhas se torna incerto. Aos pequenos, existe a possibilidade de permanecerem na creche da cadeia (se houver) até, no máximo, completarem 7 (sete) anos de idade. Encaminhar as crianças aos cuidados de familiares é outra alternativa às mães presas, o que nem sempre se faz possível, já que muitas são abandonadas por suas famílias. Não possuindo idade para permanecer na creche, nem familiares dispostos a assumir os cuidados, estas crianças são enviadas a estabelecimentos

⁶⁷ SILVA, Tayla de Souza. **O feminino encarcerado: da violência patriarcal à violência institucional.** Monografia (Graduação em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2013, p. 91.

⁶⁸ COSTA, Ana Claudia. **Abandono, a pena mais sofrida de mulheres nas prisões do Rio.** G1. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/abandono-pena-mais-sofrida-de-mulheres-naspriso-es-do-rio-16313782>>. Acesso em: 10 set. 2018.

⁶⁹ ARGUELLO, Katie; MURARO, Mariel. **Mulheres encarceradas por tráfico de drogas no Brasil: as diversas faces da violência contra a mulher.** Disponível em: <<https://goo.gl/EJG95U>>. Acesso em: 10 set. 2018, p. 17.

públicos para menores.⁷⁰

Existem, no ordenamento jurídico brasileiro, normas que tratam da situação de mulheres encarceradas e das condições especiais de grávidas, mães e seus filhos nas prisões, como é o caso, entre outros, da Lei de Execução Penal Brasileira – Lei 7.210/84, do Marco Legal da Primeira Infância – Lei 13.257/2016 – e da principal referência normativa internacional que trata da situação: as chamadas Regras de Bangkok – Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras.

As Regras de Bangkok sugerem tratamento diferenciado às especificidades do gênero feminino quando encarcerado e buscam a diminuição da entrada de mulheres no sistema carcerário, por meio da sugestão de criação de políticas públicas que possam ser alternativas às penas de prisão aplicadas às mulheres. No entanto, não obstante ter o governo Brasileiro participado ativamente da elaboração e aprovação das referidas regras, estas até então não foram convertidas em medidas públicas consistentes no país.⁷¹

O Marco Legal da Primeira Infância – Lei 13.257, de março de 2016 –, por sua vez, coloca a criança – sendo entendida como criança aquela de até seis anos de idade – como prioridade do Estado no que se refere à garantia de seus direitos e desenvolvimento saudável, capacitação de profissionais e estabelecimento de programas e políticas públicas que atendam às especificidades desta faixa etária, conforme se pode auferir a partir da leitura do §3º do artigo 4º da referida lei:

“§3º As gestantes e as famílias com crianças na primeira infância deverão receber orientação e formação sobre maternidade e paternidade responsáveis, aleitamento materno, alimentação complementar saudável, crescimento e desenvolvimento infantil integral, prevenção de acidentes e educação sem uso de castigos físicos, nos termos da Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, com o intuito de favorecer a formação e a consolidação de vínculos afetivos e estimular o desenvolvimento integral na primeira infância.”

No entanto, apesar do disposto no parágrafo citado e no §2º do artigo 83 da Lei de Execução Penal Brasileira, que estabelece que “os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos,

⁷⁰ SILVA, Tayla de Souza. **O feminino encarcerado: da violência patriarcal à violência institucional.** Monografia (Graduação em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2013, p. 92.

⁷¹ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Bangkok.** Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/a858777191da58180724ad5caafa6086.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade.”⁷², de acordo com dados do INFOPEN Mulheres de 2016, apenas 14% das unidades prisionais femininas ou mistas contam com berçário e/ou centro de referência materno-infantil.⁷³

No que diz respeito à existência de instalações adequadas para gestantes, não obstante disposto na regra 23, 1) das Regras de Bangkok que “Nos estabelecimentos penitenciários para mulheres devem existir instalações especiais para o tratamento das reclusas grávidas, das que tenham acabado de dar à luz e das convalescentes”⁷⁴, conforme dados do INFOPEN, tem-se que apenas 16% dos presídios femininos ou mistos contam com tais espaços.⁷⁵

E no que se refere à existência de creches, os números são ainda mais assustadores. De acordo com dados de 2016, apenas 3% dos estabelecimentos prisionais femininos ou mistos contam com creches, o suficiente para receber até 72 crianças acima de 2 (dois) anos de idade.⁷⁶

A redação do §3º do art. 14 da Lei de Execução Penal Brasileira (LEP), inserido pela Lei nº 11.942/2009, dispõe que “Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido.”⁷⁷. Não obstante tal previsão, o acompanhamento médico a essas mulheres privadas de liberdade não é uma realidade. E histórias como a de Glicéria Tupinambá, contada por Nana Queiroz, não são incomuns:

A indígena Glicéria Tupinambá já dormia há duas noites no chão de um cubículo superlotado no Conjunto Penal de Jequié, no sudoeste da Bahia, quando começou a sentir dores no seio. O peito empedrou e a pele começou a queimar em febre. Ela pediu ajuda às carcereiras, que disseram que não tinham pessoal para levá-la ao hospital. Enquanto a febre ardia mais alto, aumentavam também os gritos de fome de Eru, que já estava quase sugando pus junto com o leite da mãe. “Mal conseguia dormir. E o peito empedrado, que doía. Entrei em pranto”, lembra Glicéria. Poucos dias depois, ela começou a delirar. As presas e Eru berraram por ajuda e, junto com as carcereiras, organizaram uma coleta de leite em pó e mamadeiras. O torpor da mãe durou 15 dias, nos quais ela teve a sorte do corpo se curar sozinho. Até hoje, ela

⁷² BRASIL. Lei 7.210 de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

⁷³ BRASIL, Infopen. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias** – Infopen Mulheres – 2ª edição. SANTOS, Thandara (Org.). Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <http://depen.go.v.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infope nmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018, p. 32.

⁷⁴ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Bangkok**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/a858777191da58180724ad5caafa6086.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

⁷⁵ BRASIL, Infopen, *op. cit.*, p. 30.

⁷⁶ BRASIL, Infopen, *op. cit.*, p. 33.

⁷⁷ BRASIL. Lei 7.210 de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

não sabe o que teve, pois ninguém a levou ao hospital.⁷⁸

A falta de acompanhamento médico, pré-natal, pós-parto e medicamentos é uma realidade dos presídios femininos brasileiros. Se nos masculinos a situação já é grave, nos femininos, em razão das particularidades do sexo e das necessidades trazidas pela maternidade, o cenário é ainda pior.⁷⁹

Nas prisões brasileiras, consultas médicas são extremamente restritas e o acesso a ginecologistas é praticamente inexistente, ainda que as presas teoricamente tenham direito a duas consultas anuais. Dados do Conselho Nacional de Justiça, do ano de 2012, afirmam que o sistema penitenciário brasileiro contava com 15 médicos ginecologistas para toda a população prisional feminina, de 35.039 mulheres à época.⁸⁰

No caso das grávidas, o acompanhamento pré-natal é muitas vezes reduzido a um único ultrassom durante toda a gestação, e o descaso é tanto que não é incomum ver relatos de presas que tiveram seus filhos nas instituições prisionais por falta de atenção por parte dos guardas ou por falta de escolta policial para realizar o transporte ao hospital,⁸¹ como é o caso relatado por Heloisa Vieira Simões e Priscila Conti Bartolomeu, decorrente de entrevistas realizadas durante o projeto “Mulheres pelas Mulheres”:

Uma das mulheres nos contou que sua companheira de cela, que estava na primeira gestação, sentia-se mal, com dores na barriga e muito calor. Relatou que a interna foi encaminhada à enfermaria do Complexo Médico, mas somente recebeu a determinação de voltar para a cela. O mal-estar significava, na verdade, trabalho de parto. Os guardas foram avisados, mas não deram atenção e a criança nasceu ali mesmo, dentro da cela. Só não morreu afogada no sangue da mãe porque as outras presas correram para ajudar o bebê e a mãe.⁸²

Resta claro, a partir de todo o exposto, que mulheres privadas de liberdade sofrem constantemente múltiplas violações de seus direitos, resultantes da discriminação de gênero somada à negligência do Estado. Se não são as instituições prisionais sequer capazes de manter dignamente as mulheres que lá se encontram, quem dirá as mulheres grávidas e com

⁷⁸ QUEIROZ, Nana. **Filhos do cárcere**. Super interessante: 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/sociidade/filhos-do-carcere/>>. Acesso em: 15 set. 2018.

⁷⁹ SILVA, Tayla de Souza. **O feminino encarcerado: da violência patriarcal à violência institucional**. Monografia (Graduação em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2013, p. 103.

⁸⁰ VASCONCELLOS, Jorge. **Sistema carcerário nacional tem apenas 15 ginecologistas para 35 mil mulheres presas**. Agência CNJ de Notícias: 2013. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/60593-sistema-carcerario-nacional-tem-apenas-15-ginecologistas-para-35-mil-mulheres-presas>>. Acesso em: 16 set. 2018.

⁸¹ SILVA, Tayla de Souza, *op. cit.*, p. 104.

⁸² MOREIRA, Anny Clarissa de Andrade *et. al.*; SÁ, Priscilla Placha (Coord.). **Diário de uma intervenção: sobre o cotidiano de mulheres no cárcere**. Florianópolis: Emais, 2018, p. 94.

filhos pequenos.

No entanto, apesar da previsão do artigo 318 do Código de Processo Penal, alterado pela Lei nº 13.257/2016, que dispõe em seus incisos III, IV e V que “Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (...) III – imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência; IV – gestante; V – mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;”⁸³, a concessão dos referidos benefícios não é considerada automática pela Justiça, dependendo da análise individual do caso de cada detenta, ficando estas à mercê do entendimento de cada juiz.

5 A MATERNIDADE NO CÁRCERE E O HABEAS CORPUS COLETIVO N. 143.641 – SP

Buscando resolver ou pelo menos amenizar parte do problema da precária situação de mulheres grávidas, mães e seus filhos no cárcere, em data de 20 de fevereiro de 2018, a 2ª turma do Supremo Tribunal Federal concedeu, por maioria, Habeas Corpus coletivo (HC 143.641-SP)⁸⁴ em favor de todas as presas não condenadas que estejam grávidas, sejam mães de crianças de até 12 anos de idade ou responsáveis por pessoas com deficiência, bem como para as adolescentes do sistema socioeducativo que se encontrem em situações semelhantes às elencadas. A decisão substitui a prisão preventiva pela domiciliar enquanto durar essa condição.

Evidente que a decisão proferida no referido Habeas Corpus reconhece o total fracasso e violações de direitos humanos das instituições prisionais femininas brasileiras, bem como a necessidade de se proteger as vidas de filhos e filhas de mulheres privadas de liberdade desde sua fase fetal.

É importante esclarecer que não se busca, aqui, analisar o Habeas Corpus 143.641 – SP a partir de seu viés jurídico, ainda que evidente a importância de tanto. As análises e críticas a serem feitas decorrem do viés social.

O Coletivo de Advogados em Direitos Humanos, impetrante do referido Habeas Corpus em parceria com a Defensoria Pública da União, defende que a prisão preventiva, ao

⁸³ BRASIL. Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 out. 1941.

⁸⁴ *Idem*. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 143.641**. Pacientes: Todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional, que ostentem a condição de gestantes, de puérperas ou de mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade, e das próprias crianças. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5183497>>. Acesso em: 16 set. 2018.

privar mulheres grávidas de liberdade as colocando em estabelecimentos extremamente precários, tira dessas mulheres o direito ao acesso à saúde digna, acompanhamento pré-natal e pós-parto, além de privar as crianças de condições decentes para seu desenvolvimento, se constituindo em um tratamento desumano e cruel, infringindo diversos direitos, como a vedação de penas cruéis, e desrespeitando a integridade física e moral da presa e das crianças.⁸⁵

Defenderam os impetrantes a aplicação do princípio da intranscendência, de acordo com o qual a pena não pode passar da figura do agente, e do princípio da primazia dos direitos da criança, ressaltando que estes seguem sendo sistematicamente desrespeitados pela manutenção da prisão preventiva de mulheres e suas crianças em ambientes precários e superlotados.⁸⁶

Argumentaram, ainda, em favor da mitigação do direito de punir quando em confronto com os mais fundamentais dos direitos:

Nesses casos, disseram, é o direito de punir, e não o direito à vida, à integridade e à liberdade individual, que deve ser mitigado, como se decidiu quando a Suprema Corte declarou ser inadmissível que presos cumpram pena em regime mais gravoso do que aquele ao qual foram condenados, ou em contêineres, aduzindo que, em tais casos, a ordem de habeas corpus foi estendida aos presos na mesma situação.⁸⁷

Inicialmente, discutiu-se acerca do cabimento. Por maioria, foi decidido pelo cabimento do HC coletivo, que, de acordo com o relator, Ministro Ricardo Lewandowski, trata-se talvez da única solução viável para garantir o acesso à justiça por parte dos grupos mais desfavorecidos social e economicamente, tendo como objetivo proteger um dos mais preciosos bens do ser humano, que é a liberdade.⁸⁸

Em seu voto, Lewandowski citou processo julgado pela Suprema Corte Argentina, que reconheceu o cabimento de Habeas Corpus coletivo em caso envolvendo pessoas presas em situação insalubre, em razão de ser o instrumento assumido como o remédio mais compatível com os direitos destas pessoas:

⁸⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 143.641**. Pacientes: Todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional, que ostentem a condição de gestantes, de puérperas ou de mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade, e das próprias crianças. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5183497>>. Acesso em: 16 set. 2018.

⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ *Ibidem*.

⁸⁸ *Ibidem*.

Naquele país, assim como no Brasil, inexistia previsão constitucional expressa de habeas corpus coletivo, mas essa omissão legislativa não impediu o conhecimento desse tipo de writ pela Corte da nação vizinha. No julgamento em questão, o habeas corpus coletivo foi considerado, pela maioria dos membros do Supremo Tribunal, como sendo o remédio mais compatível com a natureza dos direitos a serem tutelados, os quais, tal como na presente hipótese, diziam respeito ao direito de pessoas presas em condições insalubres.⁸⁹

Ao tratar do mérito, inicialmente foi destacado, pelo relator, o julgamento da medida cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347⁹⁰, onde se reconheceu a situação degradante dos presídios brasileiros e o estado de coisas inconstitucional no sistema prisional brasileiro.

Além disso, foram abordados dados sobre a infraestrutura extremamente precária relativa à maternidade no interior dos estabelecimentos prisionais, já anteriormente apontados no presente trabalho. Também se ressaltou o fato de que, apesar de existirem previsões legais em favor de melhores condições às presas grávidas e mães, estas não vêm sendo respeitadas pelas autoridades responsáveis pelo sistema prisional.⁹¹

O relator trata, ainda, da realidade desumana em que vivem as mulheres privadas de liberdade e reconhece o descaso para com estas e seus filhos por parte do Estado:

[...] realidade em que vivem as mulheres presas, a qual já comportou partos em solitárias sem nenhuma assistência médica ou com a parturiente algemada ou, ainda, sem a comunicação e presença de familiares. A isso soma-se a completa ausência de cuidado pré-natal (acarretando a transmissão evitável de doenças graves aos filhos, como sífilis, por exemplo), a falta de escolta para levar as gestantes a consultas médicas, não sendo raros partos em celas, corredores ou nos pátios das prisões, sem contar os abusos no ambiente hospitalar, o isolamento, a ociosidade, o afastamento abrupto de mães e filhos, a manutenção das crianças em celas, dentre outras atrocidades. Tudo isso de forma absolutamente incompatível com os avanços civilizatórios que se espera tenham se concretizado neste século XXI.⁹²

São trazidos, também, no voto do Ministro Ricardo Lewandowski, argumentos e dados que corroboram com todo o exposto até o momento no presente trabalho. No que diz

⁸⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 143.641**. Pacientes: Todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional, que ostentem a condição de gestantes, de puérperas ou de mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade, e das próprias crianças. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5183497>>. Acesso em: 16 set. 2018.

⁹⁰ *Idem*. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 347**. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>>. Acesso em: 18 set. 2018.

⁹¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 143.641**. Pacientes: Todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional, que ostentem a condição de gestantes, de puérperas ou de mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade, e das próprias crianças. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5183497>>. Acesso em: 16 set. 2018.

⁹² *Ibidem*.

respeito às problemáticas e ao descaso com a maternidade na prisão, o relator cita dados do Conselho Nacional de Justiça, que demonstram que, em uma pesquisa com 241 mulheres que deram à luz no cárcere, 36% delas relatam terem sido algemadas em algum momento da internação, apenas 3% tinham acompanhantes na sala de operação e somente 10,5% afirmam terem sido respeitadas por profissionais da saúde, e 11,3% por agentes prisionais.⁹³

É evidente o desrespeito constante aos direitos mais fundamentais das presas e seus filhos por parte do sistema prisional, de modo que o Estado descumpra sistematicamente regras constitucionais e compromissos assumidos no plano global sobre o assunto.

Dentre outros diplomas internacionais, o relator trata em seu voto das Regras de Bangkok – Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras⁹⁴, expondo que, conforme já relatado no presente trabalho, não obstante ter o Brasil participado ativamente das negociações que resultaram na elaboração das referidas regras, estas não se constituíram em políticas públicas eficientes no país, o que sinaliza “o quanto carece de fomento a implementação e a internalização eficaz pelo Brasil das normas de direito internacional dos direitos humanos.”⁹⁵

Assim, torna-se incontestável o quanto o Estado brasileiro vem falhando no que diz respeito à prioridade e proteção dos direitos das crianças, o que acaba por prejudicar vigorosamente seu desenvolvimento pleno, seja físico ou psicológico. Também inequívocas as falhas do Estado no que diz respeito às mulheres grávidas e mães, que se encontram em situação deplorável enquanto na custódia do sistema prisional brasileiro.

Por fim, diante de todo o exposto, concede Lewandowski, em seu voto, a ordem para determinar a substituição de prisão preventiva por domiciliar nos casos de presas gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, bem como nos casos de adolescentes do sistema socioeducativo que se encontrem em situações semelhantes, sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, e excetuadas aquelas mulheres que cometeram seus crimes por meio do uso de violência ou

⁹³ MONTENEGRO, Manuel Carlos. **Jovem, negra e mãe solteira**: a dramática situação de quem dá à luz na prisão. Agência CNJ de Notícias: 2017. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85402:jovem-negra-emaes-solteira-a-dramatica-situacao-de-quem-da-a-luz-naprisao&catid=813:cnj&Itemid=4640>. Acesso em: 18 set. 2018.

⁹⁴ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Bangkok**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/a858777191da58180724ad5caafa6086.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

⁹⁵ Idem. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 143.641**. Pacientes: Todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional, que ostentem a condição de gestantes, de puérperas ou de mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade, e das próprias crianças. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5183497>>. Acesso em: 16 set. 2018.

grave ameaça, ou que cometeram crimes contra seus descendentes.⁹⁶

Acompanharam o voto do relator os Ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Celso de Mello, sendo contrário ao deferimento do Habeas Corpus 143.641 – SP apenas o Ministro Edson Fachin.

Oito meses depois, em data de 24 de outubro de 2018, o Ministro Ricardo Lewandowski proferiu decisão que deu uma extensão à deliberada no referido Habeas Corpus coletivo. A decisão de outubro ressalta a possibilidade de que presas por envolvimento com tráfico de drogas que se encaixem na condição de grávidas, mães de crianças de até 12 anos ou responsáveis por pessoas com deficiência tenham suas prisões preventivas ou provisórias substituídas por prisão domiciliar.⁹⁷

Apesar de tal substituição já se encontrar prevista no HC 143.641 – SP, de acordo com o Ministro, a situação que chegou à Corte foi de que presas por tráfico estavam tendo dificuldades de conseguir o benefício, sob o argumento de que prisões por tráfico se enquadrariam nas situações “excepcionalíssimas” previstas como exceção aos benefícios concedidos pelo deferimento do Habeas Corpus coletivo. No entanto, Lewandowski afirma não se tratar de situação excepcionalíssima e defende que “Não há razões para suspeitar que a mãe que trafica é indiferente ou irresponsável para o exercício da guarda dos filhos, nem para, por meio desta presunção, deixar de efetivar direitos garantidos na legislação nacional e supranacional”.⁹⁸

Além disso, na nova decisão, o Ministro deliberou a respeito de presas grávidas e mães já condenadas em segunda instância, afirmando que a estas também deve ser concedida a prisão domiciliar, isto porque, de acordo com ele, “ainda que o atual entendimento majoritário, nesta Casa, confira legitimidade à execução provisória [da pena] após decisão de segundo grau e antes do trânsito em julgado [esgotamento dos recursos], não se questiona que a prisão, nesse interregno de que tratamos, seja provisória.”⁹⁹

Ainda, na mesma ocasião, Lewandowski oficiou ao Congresso Nacional para que, “querendo, proceda aos estudos necessários a fim de avaliar se é o caso de estender a regra prevista no art. 318, IV e V do Código de Processo Penal, às presas definitivas, aquelas cuja condenação já transitou em julgado, dados os compromissos internacionais assumidos pelo

⁹⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 143.641**. Pacientes: Todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional, que ostentem a condição de gestantes, de puérperas ou de mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade, e das próprias crianças. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5183497>>. Acesso em: 16 set. 2018.

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ *Ibidem*.

⁹⁹ *Ibidem*.

Brasil.”¹⁰⁰, complemento extremamente necessário ao decidido no Habeas Corpus coletivo, que nada dispunha a respeito das grávidas e mães condenadas definitivamente.

Tem-se, portanto, com o deferimento do referido Habeas Corpus coletivo, que há o reconhecimento de um problema. No caso, a precária e desumana infraestrutura do espaço prisional, inadequada para as mulheres e mais ainda para as crianças que lá se encontram.

Evidente que a decisão pelo deferimento do HC 143.641 – SP resolve ou pelo menos ameniza parte desse problema. No entanto, não há como ignorar uma série de questionamentos. Como ficam as presas grávidas e mães encarceradas por delitos cometidos com o uso da violência ou grave ameaça? E as crianças gestadas e nascidas no cárcere, cujas mães foram presas por crimes praticados com violência? Até onde a preocupação é realmente com os direitos de mães e crianças encarceradas? Ou é somente com parte delas?

Não obstante ser notoriamente reconhecido que: I. Os estabelecimentos prisionais brasileiros são ambientes extremamente precários e desumanos; II. Mulheres e crianças, quando nestes estabelecimentos, se encontram privadas de uma série de direitos fundamentais que comprometem seriamente sua integridade física e psicológica; e que III. As previsões legais em favor de mulheres grávidas e mães e de suas crianças vêm sendo sistematicamente desrespeitadas pelo sistema prisional brasileiro, as mães que cometeram seus crimes de modo violento e suas crianças continuarão a viver em ambientes insalubres e tendo tratamento desumano e cruel.

Ora, será que estariam todos os argumentos trazidos até então para substituir a prisão provisória por domiciliar superados no que diz respeito às mulheres que fizeram o uso de violência e seus filhos? Parece razoável que não.

Se mostra urgente a necessidade de proteção dos direitos de todas as mulheres presas grávidas ou mães e de suas crianças, e não somente daquelas trazidas como “presas ideais” pelo HC 143.641 – SP – vale dizer, grávidas ou mães de crianças de até 12 (doze) anos de idade ou responsáveis por pessoa com deficiência, presas sem condenação transitada em julgado por crimes cometidos sem violência ou grave ameaça.

O que se busca discutir no presente trabalho, no entanto, não é que se conceda prisão domiciliar sem a utilização de quaisquer critérios para tanto, mas sim ressaltar que o cumprimento de pena de mulheres grávidas, mães de menores de 12 anos ou responsáveis por

¹⁰⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 143.641**. Pacientes: Todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional, que ostentem a condição de gestantes, de puérperas ou de mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade, e das próprias crianças. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5183497>>. Acesso em: 16 set. 2018.

pessoas com deficiência, independentemente de como cometeram seus crimes merece, sem dúvidas, tratamento diferenciado.

A prisão domiciliar concedida às presas grávidas, mães de crianças ou responsáveis por deficientes, cuja condenação não tenha transitado em julgado, representa um avanço e uma solução – ainda que tímida – aos constantes desrespeitos às leis por parte das instituições prisionais.

Todavia, sabe-se que as mesmas regras abordadas no HC 143.641 – SP seguem sendo desrespeitadas no que se refere às mulheres condenadas a pena privativa de liberdade com sentença transitada em julgado e suas crianças e àquelas que cometeram crimes violentos, o que exige uma solução de modo a garantir condições dignas e humanas também para estas pessoas, e não só para aquelas tratadas no referido Habeas Corpus coletivo e na decisão de 24 de outubro de 2018.

Por fim, tendo em vista todo o exposto, mostra-se extremamente necessário que o Congresso Nacional proceda aos estudos e estenda a regra do art. 318, IV e V do Código de Processo Penal às presas definitivas, cuja condenação já transitou em julgado. Além disso, resta clara a indispensabilidade de se colocar a condição feminina cada vez mais na pauta das políticas públicas, especialmente no que tange às estruturas do sistema prisional e das presas que cometeram seus crimes com o uso da violência e seus filhos, que não beneficiados pelo HC N. 143.641, nem pela decisão de 24 de outubro de 2018, seguirão tendo suas especificidades mais básicas desrespeitadas e sendo privadas não só de liberdade, mas também de sua dignidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, tem-se que os controles sociais sobre a vida das mulheres existem desde muito cedo, de modo que a mulher é tida historicamente como ser inferior e subordinado ao masculino. Em segundo lugar, observa-se que a reprodução dessa estrutura de controle patriarcal e de segregação feminina, da mulher como ser restrito aos espaços domésticos, enquanto somente aos homens se reserva o domínio sobre os espaços públicos, contribui fortemente para a dependência econômica e psicológica das mulheres, que atravessou os séculos e se perpetua até os dias atuais.

Na sequência, ao se analisar o aprisionamento das mulheres ao longo da história, verifica-se que, ainda que tenha se agravado a perseguição e a reprodução do discurso da mulher como ser perigoso e perverso durante a Idade Média, a reclusão é algo que acompanha

o feminino desde o início dos tempos.

A crença na mulher como ser incompatível com os espaços públicos e com o cometimento de crimes que não aqueles delitos considerados típicos de seu sexo, como feminicídio e aborto, resulta em todo um preconceito em torno da criminalidade feminina.

O maior envolvimento de mulheres com o tráfico de drogas é um dos principais motivos do surpreendente aumento do número de mulheres encarceradas nos últimos anos. A crescente participação do feminino nas redes do tráfico se deve a diferentes fatores, que vão desde a “feminização da pobreza” até a busca pelo poder, decorrente da histórica invisibilidade feminina, e às relações de afeto, sejam elas relativas a seus maridos, pais, filhos ou outros familiares integrantes do tráfico.

No que diz respeito ao papel das mulheres no tráfico de drogas, constatou-se que este costuma se referir, predominantemente, a funções subalternas e “domésticas”, que contam com menor prestígio e são, no geral, isentas de liderança, de modo que a tradicional divisão do trabalho lícito se repete também no que diz respeito ao âmbito do trabalho ilegal.

As posições de menor prestígio – mas igualmente arriscadas – atribuídas às mulheres enquanto integrantes das redes do tráfico contribuem para sua maior exposição a flagrantes e menor instrução a respeito da comunicação com os agentes policiais. Além disso, a imprecisão da Lei 11.343/2006, ao não diferenciar por meio de critérios objetivos traficantes de usuários, acaba por fazer com que muitas usuárias respondam a processo e sejam inclusive condenadas como traficantes.

No entanto, ainda que exerçam as mulheres, na maior parte dos casos, funções secundárias e subordinadas dentro do tráfico de drogas, sua maior participação nestes crimes parece representar uma quebra com a ideologia tradicional de gênero, afirmação que reforça a importância de estudos a respeito do encarceramento feminino e as razões para o seu aumento nos últimos anos.

As instituições prisionais femininas se constituem em ambientes masculinos e completamente carentes de infraestrutura para a manutenção das necessidades mais básicas das mulheres quando nestes estabelecimentos, o que faz com que estar presa signifique não só estar privada de liberdade, mas também de dignidade.

Soma-se a isso o fato de se atribuir à conduta criminosa feminina um maior grau de reprovabilidade em relação à masculina, de modo que as mulheres encarceradas são vistas como duplamente desviantes – isto é, além de se desviarem no sentido de cometerem crimes, se desviam também dos papéis tradicionalmente atribuídos a seu gênero.

Além de, no geral, serem abandonadas por seus companheiros e familiares quando

aprisionadas, a maior parte das mulheres privadas de liberdade é mãe, de modo que a situação precária dos estabelecimentos prisionais se torna ainda mais problemática.

O Habeas Corpus Coletivo 143.641 – SP, por meio do qual se concedeu a substituição de prisão preventiva por domiciliar para todas as mulheres presas preventivamente que se encaixem na condição de grávidas, mães de crianças de até 12 anos de idade ou responsáveis por pessoas com deficiência, visa resolver ou ao menos amenizar parte do problema de se ter mulheres e suas crianças em ambientes extremamente precários e superlotados.

Não obstante os argumentos trazidos pelas partes para a decisão do referido Habeas Corpus, no sentido de que mulheres e crianças, quando privadas de liberdade, não têm seus direitos mais fundamentais respeitados pelas instituições prisionais, nenhuma solução consistente é apresentada no que se refere às presas que cometeram seus crimes por meio de violência ou grave ameaça e suas crianças.

Neste sentido, tem-se como inquestionável o quanto o Estado brasileiro vem falhando na custódia destas pessoas e, especialmente, na proteção dos direitos das crianças que se encontram encarceradas com suas mães, de modo que se mostra urgente a necessidade de tratamento diferenciado à situação do feminino quando privado de liberdade e de se colocar a condição feminina cada vez mais na pauta das políticas públicas, visando uma melhor compreensão das especificidades deste sexo e de toda a complexidade que envolve encarcerar e manter no cárcere mulheres e suas crianças.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira. **Sistema penal máximo x Cidadania mínima: códigos de violência na era da globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____. **Pelas mãos da criminologia: O controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

ARGUELLO, Katie; MURARO, Mariel. **Mulheres encarceradas por tráfico de drogas no Brasil: as diversas faces da violência contra a mulher**. Disponível em: <<https://goo.gl/EJG95U>>. Acesso em: 10 set. 2018.

BARCINSKI, Mariana. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. **Revista Contextos Clínicos**, vol. 5, n.1, jan./jun. 2012.

BARCINSKI, Mariana; CUNICO, Sabrina Daiana. Os efeitos (in)visibilizadores do cárcere: as contradições do sistema prisional. **Psicologia**, Lisboa, v. 28, n. 2, p. 63-70, dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492014000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 set. 2018.

BITENCOURT, Bruno Salgado de Araujo. Subversão ou submissão: uma análise dos papéis atribuídos às mulheres nas organizações criminosas do tráfico de drogas a partir de julgados do Tribunal de Justiça do Paraná. In: ARGUELLO, Katie Silene Cáceres; SÁ, Priscilla Placha (Coords). **Criminologia: Feminismos, mídia e protestos sociais**. Curitiba: Editora Virtual Gratuita – EVG, 2018.

BRASIL. Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 out. 1941.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Bangkok**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/a858777191da58180724ad5caafa6086.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. Decreto de 12 de abril de 2017. **Indulto de dia das mães**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 abr. 2017.

_____. Lei 7.210 de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

_____. Infopen. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização – junho de 2016**. SANTOS, Thandara (Org.). Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018.

_____. Infopen. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres – 2ª edição**. SANTOS, Thandara (Org.). Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso

em: 13 ago. 2018.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos **Dar à luz na sombra:** condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. Brasília: IPEA, 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 347.** Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>>. Acesso em: 18 set. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 143.641.** Pacientes: Todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional, que ostentem a condição de gestantes, de puérperas ou de mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade, e das próprias crianças. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5183497>>. Acesso em: 16 set. 2018.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. **Rev. direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 523-546, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322015000200523&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 jun. 2018.

BUGLIONE, Samantha. A mulher enquanto metáfora do Direito Penal. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 5, n. 38, 1 jan. 2000. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/946>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

CARVALHO, Denise; JESUS, Maria Gorete Marques de. Mulheres e o tráfico de drogas: um retrato das ocorrências de flagrante na cidade de São Paulo. **Revista LEVS/UNESP – Marília**, ed. 9, 2012.

CASTAN, Nicole. Criminosa. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Coords.). **História das Mulheres no Ocidente:** Do Renascimento à Idade Moderna. 3. vol. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 534-551.

CHERNICHARO, Luciana Peluzio. **Sobre mulheres e prisões:** seletividade de gênero e crime de tráfico de drogas no Brasil. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. **Estudos feministas**, Florianópolis, 23(3): 761-778, set./dez. 2015.

COSTA, Ana Claudia. **Abandono, a pena mais sofrida de mulheres nas prisões do Rio.** Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/abandono-pena-mais-sofrida-de-mulheres-nas-priso-es-do-rio-16313782>>. Acesso em: 10 set. 2018.

CURCIO, Fernanda Santos; FACEIRA, Lobélia da Silva. Mulher, tráfico de drogas e memória: entre a submissão e a resistência. **Psicanálise & Barroco em revista**, v. 13, r.2: 55-70. dez. 2015.

DINIZ, Debora. **Cadeia:** relatos sobre mulheres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Disponível em: <http://www.record.com.br/images/livros/capitulo_o6Mihd.pdf>. Acesso em 04 set. 2018.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar:** A escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

KRAMER, Heinrich; JAMES, Sprenger. **O Martelo das Feiticeiras.** Rio de Janeiro: Best Bolso, 2015.

LEITE, Isabela; SOUTO, Luiza. **Número de presos por tráfico de drogas cresce 508% em 12 anos no estado de SP.** G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/numero-de-presos-por-trafico-de-drogas-cresce-508-em-12-anos-no-estado-de-sp.ghml>>. Acesso em: 26 out. 2018.

LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. **Criminal Woman, the Prostitute and the Normal Woman.** Translated by Nicole Hahn Rafter and Mary Gibson. London: Duke University Press, 2004.

LOMBROSO, Cesare. **O Homem Delinquente.** Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2013.

LOPES, Tatiana Coelho; PINHEIRO, Roseni. Trajetórias de mulheres privadas de liberdade: práticas de cuidado no reconhecimento do direito à saúde no Centro de Referência de Gestantes de Minas Gerais. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 1193-1212, out. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312016000401193&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 out. 2018.

MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista:** novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política.** São Paulo: Boitempo, 2014.

MONTENEGRO, Manuel Carlos. **Jovem, negra e mãe solteira:** a dramática situação de quem dá à luz na prisão. Agência CNJ de Notícias: 2017. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85402:jovem-negra-ema-e-solteira-a-dramatica-situacao-de-quem-da-a-luz-naprisao&catid=813:cnj&Itemid=4640>. Acesso em: 18 set. 2018.

MOREIRA, Anny Clarissa de Andrade *et. al*; SÁ, Priscilla Placha (Coord.). **Diário de uma intervenção:** sobre o cotidiano de mulheres no cárcere. Florianópolis: Emais, 2018.

MOURA, Maria Juruena de. **Porta fechada, vida dilacerada - mulher, tráfico de drogas e prisão:** estudo realizado no presídio feminino do Ceará. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2005.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

_____. **Filhos do cárcere**. Super interessante: 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/sociedade/filhos-do-carcere/>>. Acesso em: 15 set. 2018.

RODRIGUES, Márcia Cristina. Malleus Maleficarium – A bruxaria como afirmação do poder espiritual. **Revista Brasileira de História das Religiões**: 2012. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st12/Rodrigues,%20Marcia%20Cristina.pdf>>. Acesso em: 25/06/2018. Acesso em: 13 jun. 2018.

ROMFELD, Victor Sugamoto. **Uma análise criminológica dos sistemas jurídicos de enquadramento da prostituição feminina**. Monografia. (Graduação em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

_____. A prostituta na obra de Cesare Lombroso. *In*: ARGUELLO, Katie Silene Cáceres; SÁ, Priscilla Placha (Coords). **Criminologia: Feminismos, mídia e protestos sociais**. Curitiba: Editora Virtual Gratuita – EVG, 2018.

SÁ, Priscilla Placha. **Por amor ou por dinheiro: a divisão sexual do trabalho ilícito**. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. Anais Eletrônicos. Florianópolis, 2017.

SILVA, Tayla de Souza. **O feminino encarcerado: da violência patriarcal à violência institucional**. Monografia (Graduação em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2013.

SPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

VASCONCELLOS, Jorge. **Sistema carcerário nacional tem apenas 15 ginecologistas para 35 mil mulheres presas**. Agência CNJ de Notícias: 2013. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/60593-sistema-carcerario-nacional-tem-apenas-15-ginecologistas-para-35-mil-mulheres-presas>>. Acesso em: 16 set. 2018.